

**CONTRATO REF.ª N.º 15\_ GPENAPOR\_2022**

**Contrato de Prestação de Serviço  
relativo a Prospeção Geológica do Desmonte de Rocha e Terraplanagem  
anexo a Falésia Leste no Porto da Praia**

**– Santiago –**

**ENTRE**

**ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos**

**E**

**CHEIKH FALL- Assessoria Técnica em Geotécnica e Laboratório**

SEDE: C. P. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 37 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv  
PORTOS: PORTO GRANDE - Av. Margina, C. P. 82 - Mindelo, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C. P. 87 - Santiago  
Tel: (+238) 260 90 60 | Fax: (+238) 263 38 94 | PORTO DA PALMEIRA - Sal - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 21 13 48 | PORTO NOVO - Sto. António - Tel:  
(+238) 222 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TABRATAI - Vila do Tabratal - S. Nicolau - Tel: (+238) 236 10 50 / 16 77 | Fax: (+238) 236 13 26 | PORTO  
VALE DE CAVALHEIROS - Fogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 12 64 | PORTO INGLÊS - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 80 / 13 50 | Fax:  
(+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Furna - Brava - Tel: (+238) 265 12 40 / 265 12 46 | Fax: (+238) 85 12 09 | PORTO DE SAL - Rei - CP N.º 29, Cidade  
de Sal Rei - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74

Entre;

**ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.**, com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, Código Postal N.º 82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Alcídio Nascimento Lopes**, casado, portador do BI n.º 219163, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF:121916391 e pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administrador Executivo respetivamente, no uso de competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada **Primeira Outorgante**.

E

**CHEIKH FALL- Assessoria Técnica em Geotécnica e Laboratório**, com sede em Ponta Água, Ilha de Santiago, NIF N.º 152230009, legitimamente representada neste ato pelo Sr. **Cheikh Fall** titular do NIF N.º 152230009, na qualidade de Representante Legal, no uso de competências estatutárias, com poderes para obrigar,

**Considerando que:**

- a) Por deliberação do Conselho de Administração, a Primeira Outorgante desencadeou o procedimento de Concurso Restrito.
- b) A minuta do contrato de prestação de serviço foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração;

É celebrado o presente contrato de prestação de serviços, que se regerá pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam:



**Cláusula 1.<sup>a</sup>**  
**(Objeto)**

1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços, pela Segunda Outorgante, de Prospeção Geológica do Desmonte de Rocha e Terraplanagem anexo a Falésia Leste no Porto da Praia, que consistirá basicamente na realização das seguintes tarefas:
  - 1.1 Sondagens e ensaios "in situ";
  - 1.2 Ensaio Penetrâmetro Dinâmico Ligeiro PDL;
  - 1.3 Ensaios em Solos;
  - 1.4 Análise Granulométrica;
  - 1.5 Ensaio de Equivalente de Areia;
  - 1.6 Determinação de Limites Atterberg;
  - 1.7 Determinação Massa Volúmica;
  - 1.8 Realização do Ensaio Proctor;
  - 1.9 Determinação do ensaio CBR;
  - 1.10 Ensaio de Azul Metileno;
  - 1.11 Determinação do teor natural;
  - 1.12 Ensaio ao corte direto;
  - 1.13 Relatório geológico geotécnico
2. O contrato é composto pelo presente clausulado e os anexos I, II e III.
3. O presente contrato integra, ainda, as propostas técnica e financeira apresentadas em 04.02.2022.

**Cláusula 2.<sup>a</sup>**  
**(Prazo)**

1. O presente contrato **vigora pelo prazo de 01 (um) mês**, a contar da data da sua assinatura e do pagamento do adiantamento previsto na cláusula 6.<sup>a</sup>.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado mediante acordo entre as partes.



**Cláusula 3.<sup>a</sup>**  
**(Equipa Técnica)**

1. A Equipa técnica disponibilizada pela Segunda Outorgante compreenderá topógrafo e consultores de Geotecnia.
2. A Equipa técnica deverá ter os recursos necessários e adequados ao cabal e perfeito cumprimento das obrigações.

**Cláusula 4.<sup>a</sup>**  
**(Obrigações da Segunda Outorgante)**

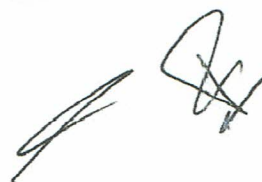
1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente contrato ou nos demais documentos contratuais, da celebração do contrato decorrem, para a Segunda Outorgante, as seguintes obrigações:
  - (a) Executar a prestação de serviços objeto do presente contrato em conformidade com as regras de arte e da técnica, previstas para a natureza deste trabalho;
  - (b) Respeitar toda a legislação e regulamentação que lhe sejam aplicáveis;
  - (c) Comunicar, de imediato, à Primeira Outorgante, quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações;
  - (d) Informar, de imediato, à Primeira Outorgante de quaisquer fatos de que tenha conhecimento e que possam ser considerados objetivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;
  - (e) Responder a qualquer incidente ou reclamação, suscitados pela Primeira Outorgante, relativamente à prestação de serviços, quando solicitado.
  - (f) Cumprir o prazo acordado para a conclusão dos trabalhos, conforme estipulado na cláusula 2.<sup>a</sup> do presente contrato;
  - (g) Realizar encontros de trabalho com os representantes da Primeira Outorgante, quando se mostrar necessário.
2. Todos os estudos, evidências, resultados, propostas, relatórios e planos que resultarem desta prestação de serviço, serão remetidos, em primeira mão, à Primeira Outorgante, devendo em caso algum ser utilizados para fins alheios aos citados, sem a devida autorização do mesmo.

**Cláusula 5.<sup>a</sup>**  
**(Preço Contratual)**

1. Pela prestação de serviços objeto do presente contrato, a Primeira Outorgante obriga-se a pagar à Segunda Outorgante o montante de 871.000,00 CVE (oitocentos e setenta e um mil escudos caboverdianos), conforme os termos da proposta adjudicada, que faz parte integrante do presente contrato, montante líquido do IRPS (Imposto Rendimento Pessoas Singular) à taxa legal em vigor, seguindo o enquadramento fiscal (Anexo II).

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**  
**(Faturação e condições de pagamento)**

1. Os serviços são faturados nos seguintes termos:
  - a. 40% com a adjudicação, equivalente a 348.400,00 CVE (trezentos e quarenta e oito mil e quatrocentos escudos) montante líquido do IRPS (Imposto Rendimento Pessoas Singular) à legal taxa em vigor;
  - b. 30% volvidos 15 (quinze) dias após o início da prestação dos serviços, equivalente a 261.300,00 CVE (duzentos e sessenta e um mil e trezentos escudos) montante líquido do IRPS (Imposto Rendimento Pessoas Singular) a taxa em vigor;
  - c. 30% com a conclusão da prestação dos serviços e entrega do Relatório geológico geotécnico, equivalente a 261.300,00 CVE (duzentos e sessenta e um mil e trezentos escudos) montante líquido do IRPS (Imposto Rendimento Pessoas Singular) a taxa em vigor;
2. A Segunda Outorgante emite faturas em nome da Primeira Outorgante, enviando-as para a respectiva morada.
3. O pagamento dos serviços será efectuado no prazo máximo de 07 (sete) dias contados da receção das faturas.
4. Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas através de transferência bancária para conta da Segunda Outorgante.
5. Em caso de discordância quanto aos valores indicados nas faturas, a Primeira Outorgante deverá comunicar este facto à Segunda Outorgante, por escrito, e no prazo de 02 (dois) dias após receção da respectiva fatura, ficando a Segunda Outorgante obrigada a prestar os esclarecimentos necessários.





6. A falta de pagamento dos valores contestados não vence juros de mora nem justifica a suspensão da prestação dos serviços por parte da Segunda Outorgante.
7. A Primeira Outorgante reserva-se o direito de, sem prejuízo do direito às penalidades e a uma indemnização nos termos gerais de direito, suspender qualquer dos pagamentos acima referidos, sempre que a Segunda Outorgante não esteja a cumprir as suas obrigações contratuais.
8. A Primeira Outorgante realizará todos os pagamentos relativos ao presente contrato mediante transferência bancária a favor da Segunda Outorgante.

**Cláusula 7.<sup>a</sup>**  
**(Entregáveis)**

1. A Segunda Outorgante entregará no final do contrato um Relatório geológico geotécnico em suporte digital.

**Cláusula 8.<sup>a</sup>**  
**(Dever de boa execução)**

1. A Segunda Outorgante, desde já, declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicáveis à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.
2. A Segunda Outorgante garante que os serviços por si prestados, no âmbito do presente contrato, cumprirão os requisitos exigidos e serão adequados aos objetivos e finalidades definidos pela Primeira Outorgante.

**Cláusula 9.<sup>a</sup>**  
**(Regularização de contribuição fiscal e de segurança social)**

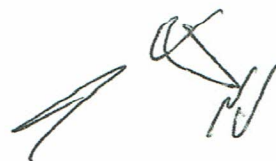
1. Durante a vigência do contrato, a Segunda Outorgante obriga-se a manter regularizadas as obrigações fiscais e as obrigações contributivas para a Segurança Social do Estado de Cabo Verde.
2. Para efeitos do determinado no número anterior, a Segunda Outorgante, obriga-se a disponibilizar a documentação comprovativa da regularização referida no número anterior, sempre que solicitado pela Primeira Outorgante.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup> (Penalidades)**

1. Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante, aplicam-se, as seguintes penalidades:
  - 1.1. Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 10 (dez) dias.
  - 1.2. Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do contrato, sem contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual.
2. O prazo para o pagamento, pela Segunda Outorgante, das penalidades previstas na presente cláusula é de 10 (dez) dias a contar da data de recepção das respectivas facturas, emitidas pela Primeira Outorgante.
3. Em alternativa ao pagamento a que se refere o número anterior, a Primeira Outorgante poderá optar por satisfazer os pagamentos previstos nos números anteriores através de compensação com as quantias a pagar à Segunda Outorgante, ao abrigo do presente contrato.
4. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual.
5. Caso seja excedido o montante referido no número anterior a Primeira Outorgante decida não proceder à resolução do contrato, pelo fato de tal resolução implicar grave dano para o interesse público, o limite máximo referido no número anterior será elevado para 30% (trinta por cento).

### **Cláusula 11.<sup>a</sup> (Força maior)**

1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias de natureza extraordinária ou imprevisível, exterior à vontade da parte afetada e que, por esta, não possa ser controlada.
2. Podem constituir força maior, e se verificarem os requisitos do número anterior, nomeadamente, guerra (declarada ou não), tumulto, insurreição civil,





catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas Partes.

3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior devem ser comunicadas à parte contrária no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da mesma.

**Cláusula 12.<sup>a</sup>**  
**(Resolução do Contrato pela Primeira Outorgante)**

1. A Primeira Outorgante pode resolver o presente contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:
  - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legais;
  - (b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável a Segunda Outorgante;
  - (c) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de instruções transmitidas sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
  - (d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência, pela Segunda Outorgante, da manutenção das obrigações assumidas pela Primeira Outorgante contrarie o princípio da boa-fé;
  - (e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto na lei;
  - (f) Incumprimento, pela Segunda Outorgante, de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

**Cláusula 13.<sup>a</sup>**  
**(Resolução pela Segunda Outorgante)**

1. A Segunda Outorgante pode resolver o contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais pela Primeira Outorgante e ainda nas seguintes situações:
  - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;

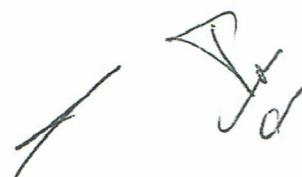




- (b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável à Primeira Outorgante;
  - (c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Primeira Outorgante;
  - (d) Exercício ilícito dos poderes da Primeira Outorgante quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
2. Nos casos previstos na alínea (c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Primeira Outorgante, produzindo efeitos 10 (dez) dias após a recepção dessa declaração, salvo se este cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

**Cláusula 14.ª**  
**(Dever de sigilo)**

1. A Segunda Outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação de segurança, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Primeira Outorgante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do presente contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato, salvo autorização expressa da Primeira Outorgante.
3. A Segunda Outorgante obriga-se a remover e/ou destruir, no final da prestação dos serviços, todo e qualquer tipo de registo (em qualquer tipo de suporte, incluindo papel ou digital) relacionados com a informação coberta pelo dever de sigilo.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pela Segunda Outorgante ou que esta seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



**Cláusula 15.<sup>a</sup>**  
**(Resolução de Diferendos)**

1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé.
2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o litígio será dirimido pelo foro da Comarca de São Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro.

**Cláusula 16.<sup>a</sup>**  
**(Lei aplicável)**

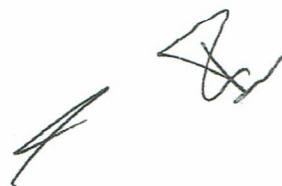
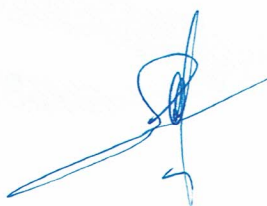
O presente contrato é regulado pelas disposições do Código Civil vigente e demais legislação Cabo-verdiana aplicável.

As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

Este Contrato, constituído por 13 (trezes) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes e dele fazem parte integrante os **Anexos I, II e III** identificado e, que são rubricados pelas partes

Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, ao 18º dia do mês de Abril do Ano de Dois Mil e Vinte e Dois.



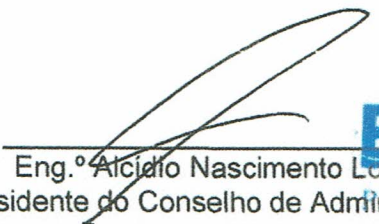


A Primeira Outorgante


**ENAPOR, SA**



**Enapor**



Eng.º Alcídio Nascimento Lopes  
Presidente do Conselho de Administração



Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho  
Administrador Executivo

A Segunda Outorgante

**CHEIKH FALL- Assessoria Técnica em Geotécnica e Laboratório**



Sr. Cheikh Fall

## ANEXO I PREÇOS UNITÁRIOS

### LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS E ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

N.º	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	TOTAIS
	<u><b>Campanha de Prospeção Geotécnica</b></u>				
<b>1</b>	<b>Sondagens e ensaios "in situ"</b>		1	100 000,00 ECV	100 000,00 ECV
1.1	Ensaio Penetrâmetro Dinâmico Ligeiro PDL	un	7	19 000,00 ECV	133 000,00 ECV
<b>2</b>	<b>Ensaaios laboratoriais</b>				
2.1	Ensaaios em Solos				
2.1.1	Análise Granulométrica	un	7	5 700,00 ECV	39 900,00 ECV
2.1.2	Ensaio de Equivalente de Areia	un	7	4 600,00 ECV	32 200,00 ECV
2.1.3	Determinação de Limites Atterberg	un	7	7 200,00 ECV	50 400,00 ECV
2.1.4	Determinação Massa Volúmica	un	7	5 300,00 ECV	37 100,00 ECV
2.1.5	Realização do Ensaio Proctor	un	7	14 000,00 ECV	98 000,00 ECV
2.1.6	Determinação do ensaio C.B.R	un	7	16 000,00 ECV	112 000,00 ECV
2.1.7	Ensaio de Azul Metileno	un	7	7 500,00 ECV	52 500,00 ECV
2.1.8	Determinação do teor natural	un	7	4 700,00 ECV	32 900,00 ECV
2.19	Ensaio ao corte direto	un	7	19 000,00 ECV	133 000,00 ECV
<b>3</b>	<b>Relatório geológico geotécnico</b>	VG	1	50 000,00 ECV	50 000,00 ECV
				<b>TOTAL ESTIMADO:</b>	<b>871 000,00 ECV</b>






**ANEXO III**  
**ÁREA EXPANSÃO-FALÉSIA LESTE**

